

A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo

*Alexandre Gomes**
*João Paulo Vieira***

Resumo

Há alguns anos, populações de diversas regiões do Ceará iniciaram processos que resultaram em práticas museais que, embora originadas em diferentes contextos políticos e diferentes grupos sociais e étnicos, assemelham-se quanto à participação e a apropriação comunitária do patrimônio e da memória local, como ferramentas de afirmação, preservação e defesa de territórios, ecossistemas e referências culturais. Destacam-se nesses processos a diversidade cultural, social e museal: são museus indígenas, ecomuseus, museus comunitários e outros. O presente artigo busca compreender a criação da Rede Cearense de Museus Comunitários, em 2011, e apresenta reflexões sobre as ações, motivações e desafios que impulsionaram a articulação entre diferentes populações que vivenciam em seus territórios processos museológicos autogeridos.

Palavras-chave: Museus comunitários. Museologia social. Museus indígenas. Memória. Ceará. Rede.

O diferencial, neste caso, não está no reconhecimento do poder da memória, mas sim na colocação desse poder ao serviço do desenvolvimento social, bem como na compreensão teórica e no exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social. Trabalhar nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o papel dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que adota este caminho não está interessado apenas em ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais (CHAGAS, 2000, p. 15).

Introdução

Há alguns anos, populações de diversas regiões do estado do Ceará iniciaram o desenvolvimento de processos de patrimonialização¹ que resultaram na criação de museus e outros espaços de memória. Embora originadas em diferentes contextos políticos e entre diversos grupos sociais e étnicos (indígenas, assentados, comunidades tradicionais, quilombolas, trabalhadores rurais, pescadores etc.), essas experiências trazem semelhanças quanto à participação e a apropriação comunitária do patrimônio e da memória local, como ferramentas de afirmação, preservação e defesa de territórios, ecossistemas e referências culturais.

Destacamos a diversidade desses processos sociais. Muitas dessas comunidades possuem atualmente espaços físicos estruturados e acervos constituídos. Algumas iniciaram processos de sensibilização e mobilização em seus territórios para a constituição desses espaços. Outras, já realizaram inventários participativos de referências culturais locais e/ou exposições museais, mesmo não possuindo espaços específicos destinados para tais finalidades. Podemos considerar que essas experiências, tal como são conhecidas na literatura museológica, tratam-se de museus comunitários,

ecomuseus, museus indígenas, museus de território e/ou iniciativas similares. São espaços que interpretam a natureza como parte da cultura e o homem como parte da natureza, onde a comunidade é percebida como patrimônio a ser preservado, assim como seus saberes e modos de fazer. A construção de noções de pertencimento e, conseqüentemente, do que é o patrimônio cultural local, ocorre de maneira integrada e a comunidade vive num território que pode ser musealizado, conforme tipologia proposta, há mais de 40 anos, por Hugues de Varine (2012) e Georges Henri-Rivière, embora noutros contextos nacionais e sociais.

Buscando compreender o surgimento dessas experiências o presente artigo, de caráter descritivo e analítico, visa apresentar algumas reflexões sobre as ações, motivações e desafios que impulsionaram a constituição de uma rede de contatos e articulações entre populações que vivenciam processos museológicos autogeridos em seus territórios, onde memória e patrimônio se entrelaçam nas políticas da memória enquanto parte de suas demandas e mobilizações políticas.

Para adentrarmos nesta diversidade de iniciativas comunitárias de memória e, principalmente, em seu processo de auto(re)conhecimento para, a partir de então, se conectarem e estabelecerem um diálogo direto e sem mediação de instâncias governamentais, é necessário o conhecimento sobre algumas experiências pioneiras que antecederam esse processo, bem como reconhecer a contribuição do permanente trabalho desenvolvido desde 2002 pelo *Projeto Historiando* em muitas das comunidades que hoje integram a Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC).

O Instituto da Memória do Povo Cearense e a Rede Memória

O Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em Fortaleza, CE, no ano de 1988, com a missão de “estimular a recuperação e a atualização da memória do povo cearense em sua diversidade e contribuir para a construção de suas identidades como sujeito histórico”².

Logo após sua fundação, em 1989, o IMOPEC deu início à sua atuação no município de Jaguaribara, que seria inundado após a construção da barragem Castanhão. A formação de lideranças envolvidas na luta, a publicação de livros contendo depoimentos dos moradores, a criação de uma casa da memória na Nova Jaguaribara e os vídeos documentando as várias etapas do movimento de organização popular em defesa de seus direitos, conferiram ao IMOPEC um lastro de sólida experiência, tornando-o uma referência na luta contra a construção da barragem e na construção da memória da população do município.

A necessidade de ampliar os debates sobre a os impactos da construção da Barragem Castanhão levou o Instituto a realizar, em várias cidades do Vale do rio Jaguaribe, na segunda metade da década de 1990, o seminário *Natureza, Sociedade e Políticas Públicas no Vale do Jaguaribe*. Foi um momento privilegiado que oportunizou o contato com grupos variados de professores, estudantes e lideranças populares, possibilitando debater publicamente um amplo leque de problemáticas ambientais e culturais vivenciadas naquela região. Com o sucesso da iniciativa, o IMOPEC iniciou em 1999 a primeira experiência de formação à distância, através do curso *Natureza e Diversidade Cultural no Vale do Jaguaribe*, que divulgou e aprofundou o debate sobre a situação dos moradores de Jaguaribara para as populações de outros municípios do Vale. O resultado obtido animou o Instituto a planejar um novo curso, destinado a um público mais amplo.

Estruturou-se, assim, em 2001, o Curso de Formação à Distância *Memória e Patrimônio Cultural do Ceará*, que objetivava qualificar professores, estudantes e lideranças comunitárias nos diversos municípios cearenses para o desenvolvimento de ações de registro e de valorização da memória e do patrimônio cultural e natural local. O curso era organizado em seis etapas, constituídas de três a cinco módulos estruturados de acordo com o conteúdo da revista editada pela entidade, *Propostas Alternativas*. Os textos da revista abordavam desde questões conceituais sobre memória e o patrimônio cultural e natural, até temas relacionados à história do Brasil e do Ceará.

Em mais de uma década de atuação, o curso de formação contemplou mais de uma centena de grupos distribuídos em aproximadamente 35 municípios cearenses. As localidades envolvidas se beneficiavam com as atividades, já que muitos participantes eram professores e lideranças comunitárias e, portanto, multiplicadores desses saberes construído coletivamente. A coleta de materiais (fotos, depoimentos, objetos etc.) pelas equipes, tornou-se um rico acervo para a montagem de espaços que passaram a ser denominados *Casas da Memória*, para o uso em escolas (que geralmente não dispunham de material didático sobre a história local) e para os processos de tombamento e inventário dos bens patrimoniais.

Esses acervos iam se estabelecendo na medida em que os participantes avançavam nos módulos do curso com a colaboração da população local, que prestava depoimentos e cedia materiais para a pesquisa (livros, fotos, documentos antigos, objetos). Os professores participantes envolviam os seus alunos no levantamento do patrimônio cultural e ambiental dos municípios. As demais atividades incentivadas pelo curso, como a *Campanha de Valorização do Patrimônio Cultural*, as publicações sobre história local, as oficinas, os seminários intermunicipais e as exposições de fotografias, movimentaram o cenário cultural de vários municípios cearenses no período em que foram desenvolvidas.

Nos lugares onde os grupos se consolidaram, foram mantidos alguns eventos permanentes, como o ESPACULT (*Espaço de Cultura de Porteiras*) e o *Festival da Memória em Jaguaribara*. As cidades de Jaguaribara, Jaguaratama (Vale do Rio Jaguaribe) e Porteiras (região do Cariri) criaram *Casas de Memória*, que permanecem até hoje, abertas ao público com atividades diversificadas e um acervo de livros e de objetos que expressam modos de vida, práticas sociais e saberes da população local.

Para promover a troca de experiências entre os grupos e aprofundar o debate sobre algumas temáticas, foram organizados seminários regionais e um encontro estadual anual. Em 2002, aconteceu o *1º Encontro Estadual dos participantes do Curso de Formação*

à *Distância* e a criação da *Rede Memória*, articulação pioneira do gênero no Estado. Embora tenha envolvido um grande número de iniciativas e grupos, a Rede Memória deixou poucos registros de sua atuação. No entanto, sua carta de princípios foi recuperada e utilizada, inclusive, como fonte de inspiração para construção da Rede Cearense de Museus Comunitários.

Projeto Brasil Memória em Rede: polo Ceará

Outra importante ação que articulou comunidades e instituições que trabalham com a memória e o patrimônio no Estado se deu por meio do Projeto *Brasil Memória em Rede*, capitaneado pelo Museu da Pessoa, SP, que conectou diferentes organizações sociais de várias regiões do país.

Em 2008, por meio de um edital nacional, ampliaram a rede e constituíram dez polos regionais de memória nos estados do Amazonas, Ceará, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. As iniciativas contatadas, por sua vez, articularam organizações de suas regiões para que, de maneira colaborativa, construíssem as histórias de suas comunidades. No Ceará, a *Fundação Brasil Cidadão* encampou o *Polo Regional de Memória do Ceará*, mobilizando instituições como a *Fundação Casa Grande* (Nova Olinda), a *Associação de Moradores do Titanzinho* (Fortaleza), o *Grupo de Teatro de Rua Flor do Sol*, o *Grupo Teatral Cervantes do Brasil*, a *Associação Néu Pindú* e a *Associação de Turismo Comunitário da Ponta Grossa* (ASTUMAC). Além das iniciativas mencionadas, outras comunidades do município de Icapuí, posteriormente, ingressaram nessa articulação.

Dentre os resultados da articulação em rede do Polo Regional de Memória do Ceará, destacamos o projeto *Memória Viva*, com o apoio da UNESCO, e o projeto *Memórias da Cultura*, apoiado pela Brazil Foundation. Esses projetos possibilitaram a formação de agentes culturais locais através de uma parceria com a Fundação Casa Grande/Museu do Homem Kariri e do Museu da Pessoa. Desse processo, resultaram a realização de inventários participativos

do patrimônio e a construção de linhas da vida em trinta e duas comunidades do município de Icapuí.

A atuação do Projeto Historiando (2002-2014)

O Projeto Historiando surgiu em meados de 2002, com o objetivo de fomentar, através de um programa de educação histórica e patrimonial, a discussão sobre a construção social da memória na ótica dos movimentos e organizações comunitárias, com ênfase na atuação junto aos grupos populares, sejam eles de bairros, étnicos ou tradicionais. Desse modo, sua atuação configurou-se, crescentemente, para além das instituições educacionais formais, como escolas e universidades, concretizando parcerias com organizações não-governamentais, associações, grupos comunitários e povos indígenas, dos mais diversos matizes e formas organizativas.

As diversas formas como a memória social se apresenta e é construída foram a matéria-prima para as primeiras intervenções do Projeto Historiando, principalmente em duas perspectivas: no formato de ações educativas de identificação, pesquisa e gestão de patrimônio local; e por meio da atuação política junto às comunidades organizadas. Buscando partir da memória local para o (re)conhecimento da história social e do patrimônio cultural, desenvolveram ao longo de suas experiências diversificados procedimentos metodológicos visando construir o protagonismo de grupos comunitários na salvaguarda e comunicação de suas *referências culturais*³, por meio de oficinas/cursos de pesquisa em história local e inventários participativos, organizando exposições museológicas e mobilizando grupos para as demandas do patrimônio.

Entre as experiências desenvolvidas pelo Projeto Historiando em um primeiro momento, entre 2002 a 2007, destacam-se as inúmeras ações de educação para o patrimônio realizadas em Fortaleza, em bairros (como o Jardim das Oliveiras e a Parangaba); e em comunidades (como a dos Cocos, na Praia do Futuro, ou a

do Mercado Velho, no Centro Histórico). Essas atividades, aliadas a outras de articulação política e mobilização social, resultaram em um crescente empoderamento de comunidades organizadas em torno das questões da memória e do patrimônio.

O caso mais emblemático desses processos de organização comunitária e apropriação da memória/patrimônio local aconteceu no bairro da Parangaba⁴, após o desenvolvimento de inúmeras ações educativas, entre 2002 e 2006, como oficinas de educação patrimonial, pesquisas sobre história local, inventários participativos e realização de exposições em escolas e espaços comunitários. Essas atividades proporcionaram um interessante processo de organização protagonizado pelos moradores do bairro, no tocante à preservação e salvaguarda do seu patrimônio cultural. Foram efetuadas solicitações de tombamento de algumas edificações importantes para a memória do lugar; de identificação, pesquisa e registro de referências culturais, como a *Festa dos Caboclos da Parangaba*. Os anos de trabalho com escolas e outros grupos locais culminou na organização do grupo que se notabilizou em Fortaleza como o *Comitê Pró-Tombamento da Estação da Parangaba* (CPTEP), que entre 2006 e 2007 mobilizou a população local e a opinião pública para o tombamento da estação ferroviária, ameaçada de demolição por conta das obras de construção do Metrô de Fortaleza (MetroFor)⁵.

Durante essas atividades, o Projeto Historiando aprimorou diversas metodologias participativas e estimulou a autonomia dos grupos locais que foram sendo formados, a partir de problemáticas da história social e cultural, do ensino e da pesquisa em patrimônio e memória, refletindo sobre questões relacionadas com a(s) identidade(s) e a diversidade/pluralidade das memórias expressas por meio da preservação do patrimônio cultural local. Até 2007, o Historiando atuou por meio de ações e projetos em parcerias com organizações comunitárias em bairros/comunidades em Fortaleza de forma independente, mantendo a autonomia em relação ao poder público, mas com ele dialogando sobre políticas públicas patrimoniais. Inseridos também nos movimentos sociais, foram

constituindo uma trajetória no interior de instituições/órgãos e setores vinculados à preservação e planejamento da gestão cultural e patrimonial⁶.

Ainda em 2007, o *Historiando* iniciou outra importante parceria, fundamental na constituição posterior da Rede Cearense de Museus Comunitários: com os povos indígenas no Ceará, trabalhando com comunidades do povo Tapeba, habitantes do município de Caucaia, através da Associação das Comunidades Indígenas Tapeba (ACITA). Da ação intitulada *Historiando os Tapeba* resultaram três exposições e um livreto, todos sob o título homônimo. A primeira exposição aconteceu na Escola Diferenciada Índios Tapeba, a segunda no Memorial Tapeba Cacique Perna-de-Pau e a terceira no Museu do Ceará⁷. A partir daí, intensificaram-se as parcerias com outros povos e organizações indígenas, ampliando o foco de atuação principalmente para o interior do estado, através da realização de cursos, oficinas e exposições em diversas populações.

Estabelecida essa parceria política e educacional, principalmente no que tange à reflexão sobre suas memórias e patrimônio cultural, o Projeto *Historiando* foi construindo um diálogo com essas populações sobre a importância da organização de espaços de memória criados e geridos pelas próprias comunidades: os museus indígenas.

Museus e memórias indígenas no Ceará: uma proposta em construção

Entre 2007 e 2008, o Projeto *Historiando* assessorou o processo de organização da *Oca da Memória*, museu indígena dos povos Tabajara e Kalabaça, que vivem no município de Poranga, a 340 quilômetros de Fortaleza. Esta assessoria aconteceu durante um ano e meio, período no qual coordenaram o processo de formação do acervo museológico, a estruturação física do espaço numa sala da Escola Indígena Jardim das Oliveiras, a elaboração da exposição, a organização do núcleo gestor e as atividades iniciais de um núcleo pedagógico, entre o grupo de professores indígenas.

Nesse período, houve ainda uma grande aproximação com os outros dois museus indígenas já existentes no estado: o *Museu dos Kanindé*, em Aratuba (criado em 1995), e o *Memorial Cacique-Pernade-Pau*, dos Tapeba, em Caucaia (criado em 2005). A partir deste trabalho prévio, em 2009, foram convidados para coordenar oficinas de *Diagnóstico Participativo em Museus* (DPM), junto às comunidades indígenas no Ceará, com o objetivo de realizar um levantamento da situação dos processos de musealização em curso, como parte do *Projeto Emergência Étnica*, então desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado, através do Museu do Ceará⁸.

Nessa ação, além dos três museus indígenas já existentes, foram realizados diagnósticos participativos em três outros espaços comunitários que apresentavam algum tipo de sensibilização para a salvaguarda, pesquisa e comunicação de acervos museológicos. Foram envolvidos: a *Abanaroca* (Casa do Índio) dos Potyguara/Gavião/Tabajara/Tubiba-Tapuia; a *Casa de Apoio dos Pitaguary*; e a primeira sede da Escola Maria Venância, dos Tremembé. Cada um desses espaços atuava com funções específicas, de acordo com a organização de cada povo, e exibiam processos de musealização de variados matizes.

Nas oficinas discutiram-se a estrutura e os fundamentos dos espaços museológicos, a partir das realidades locais. Com o adensamento de informações e reflexões foi publicado o livro *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção* (GOMES; VIEIRA NETO, 2009), um importante marco local no diálogo sobre políticas públicas museológicas e patrimoniais entre grupos étnicos e o Estado. O livro traz os resultados dos diagnósticos e as reflexões que os fundamentaram, com o objetivo de orientar as modificações nos espaços visitados, de acordo com as demandas e potencialidades apontadas durante as oficinas, além de documentar a construção de uma política cultural voltada para a educação histórica e museológica dos povos indígenas, difundindo a metodologia empregada pelo Projeto Historiando, a fim de inspirar iniciativas afins.

Pesquisa, formação e musealização entre comunidade pesqueiras do Ceará

Entre agosto de 2009 e julho de 2010, o Projeto Historiando estabeleceu uma parceria com o Instituto Terramar e com a Rede Cearense de Turismo Comunitário (*Rede Tucum*⁹) para o desenvolvimento de processos museológicos entre comunidades pesqueiras da zona costeira. A iniciativa foi apoiada pelo Ministério do Turismo, através do projeto *Turismo Comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade*, aprovado em edital de chamada pública. Este trabalho foi realizado entre cinco populações: Curral Velho (Acarau), Batoque (Aquiraz), Canto Verde (Beberibe), Caetanos de Cima (Amontada) e Jenipapo-Kanindé (Aquiraz) – esta última, um povo indígena. Para além do próprio processo, resultaram desta parceria a criação do *Museu Indígena Jenipapo Kanindé* (inaugurado em agosto de 2010), a organização de quatro inventários participativos sobre referenciais culturais locais, a elaboração de cinco exposições museológicas e de quatro cartilhas sobre patrimônio cultural das respectivas comunidades.

A realização de pesquisas coletivas em história local, aliada aos processos de musealização e organização de acervos comunitários nos territórios que integram a Rede Tucum, impulsionou o fortalecimento dessas comunidades estimulado pela apropriação e reconhecimento da memória, do entendimento do seu patrimônio e das dinâmicas identitárias presentes no seu cotidiano. Afinal, nos contextos de luta e conflito em que estão inserido, a memória social atua como ferramenta de mobilização e articulação em defesa de seus modos de ser, de viver e de estar no mundo, no passado e no presente.

Essas ações possibilitaram a identificação e o registro da diversidade de memórias e culturas dos chamados *povos do mar* no Ceará. Demonstraram a íntima relação estabelecida entre estas comunidades, que vivem basicamente da pesca, da extração de mariscos e da agricultura familiar, com a natureza circundante: ocupam um território de forma tradicional, estabelecendo uma

relação baseada na sustentabilidade e no usufruto dos recursos naturais e humanos. Todas essas comunidades possuem trajetórias históricas de intensa resistência contra a especulação imobiliária e/ou contra a carcicultura, ou seja, contra agentes e atividades comerciais degradadoras de seu espaço vital. A defesa e a preservação dos bens naturais tornaram-se prioridade tanto para sua sobrevivência física quanto para a manutenção de saberes e modos de fazer tradicionais.

A proposta inicial, de historiar o processo de organização social dessas comunidades foi modificada no decurso das atividades, diante da percepção da memória enquanto ferramenta de mobilização e articulação comunitária. Assim, a realização dos inventários participativos impulsionou uma demanda para a construção de espaços de memória local, onde estivessem dispostos os acervos comunitários formados através dos processos organizados, planejados, construídos e geridos pelas próprias comunidades. Hoje, grande parte dessas comunidades, seja nos bairros de Fortaleza, de povos indígenas e/ou de pescadores tradicionais, estão engajadas de maneiras diferenciadas, como integrantes da *Rede Cearense de Museus Comunitários*.

As dificuldades para a continuidade das experiências, os desafios para gerir os espaços comunitários de memória local, as demandas por visibilidade e políticas públicas específicas para o setor, bem como a necessidade de dialogar com outras experiências existentes, tanto no Ceará quanto em outras localidades do Brasil, estimularam as diversas iniciativas a apostar na criação de uma rede de articulação e solidariedade. Um dos principais objetivos dessa articulação em rede foi o fortalecimento coletivo de seus integrantes e a superação de uma situação de isolamento (inclusive no que se refere ao reconhecimento dessas experiências para além das fronteiras estaduais), em que até então se encontravam as iniciativas comunitárias de memória no Estado. Surgia, então, em 2011, a proposta de organização da *Rede Cearense de Museus Comunitários* (RCMC), a primeira do gênero no Brasil.

De quantos nós precisamos para fazermos uma rede?

*Pois aqui no Ceará/O povo já se alertou
Que para se ter sucesso/Num futuro promissor
Precisamos trabalhar juntos/E uma Rede se criou
É a Rede Cearense/De Museus Comunitários
Que uma vez todo mês/Tá no seu itinerário
Se encontrar pra partilhar/O nosso trabalho diário.*

Dona Iolanda Lima, Ponto de Memória do Grande
Bom Jardim/Fortaleza-CE

No dia 21 de outubro de 2011, atendendo a uma convocatória do Projeto Historiando, reuniram-se no auditório do Museu do Ceará (Fortaleza), integrantes de movimentos sociais, representantes de museus e de comunidades que vivenciam processos museais e/ou desenvolvem iniciativas comunitárias de memória, para discutirem a criação da *Rede Cearense de Museus Comunitários*. Naquele momento, dialogaram mais de quarenta pessoas, representando cerca de trinta coletividades, entre indígenas, assentados, pescadores, profissionais, estudantes e ambientalistas. Compartilhamos nossas experiências e discutimos os diversificados e ricos processos envolvidos com a criação/gestão e os desafios do exercício museológico sociocomunitário, a maior parte das vezes sem nenhum aparato técnico especializado, mas traduzindo para cada realidade um método próprio para trabalhar com memória e patrimônio a serviço do desenvolvimento social local.

A reunião ocorreu com ampla participação dos presentes, indivíduos e coletivos de várias regiões do estado do Ceará (Cariri, Litoral Leste e Oeste, Acaraú, serra de Baturité, região metropolitana, sertão-central e dos Inhamuns); pertencentes a grupos sociais e étnicos distintos. Dentre as várias questões debatidas, ressaltou-se a discussão sobre os desafios e a importância da construção de instâncias de articulação e comunicação entre estas populações e suas experiências, em torno do qual se relacionaram vários outros assuntos. É importante salientar que grande parte das comunidades e indivíduos envolvidos no encontro já possuíam larga experiência em mobilização comunitária, no interior das quais a criação de

museus e/ou o desenvolvimento de processos museológicos surgiram por conta da necessidade de apropriação da memória social que, de diversos modos, articulava-se com a organização local.

Entre os demais assuntos discutidos, destacaram-se as questões relativas à ausência de políticas públicas para a memória e o patrimônio, a importância de se criar canais próprios de comunicação, a necessidade da realização de intercâmbios para trocar experiências e de discussão de categorias e critérios para os museus/processos participantes da rede; a acuidade e descaso em que se encontram os acervos arqueológicos; a realização de um encontro da Rede; a necessidade de realização de ações museológicas nas comunidades para qualificar grupos e ações, entre outros. Um importante informe, naquele momento, foi relacionado à apresentação e discussão do edital do Prêmio Pontos de Memória, de 2011, para o qual grande parte das comunidades ali presentes apresentavam perfil compatível para concorrerem.

Foi consensual, naquela primeira rodada de diálogos, a criação de uma articulação autônoma e descentralizada, à nível estadual. Segundo o acordado, o objetivo da RCMC seria o de construir espaços para compartilhar experiências/intercâmbios e fomentar a cooperação, a divulgação e o fortalecimento conjunto de seus integrantes, atuando de forma descentralizada e garantindo a autonomia de seus participantes, a partir da articulação de ações, projetos e programas interinstitucionais. Essa organização possibilitaria, conforme pensado, maior visibilidade para as demandas locais, bem como potencializaria o poder de pressão, proposição e reivindicação junto aos poderes públicos para a formulação de políticas públicas que reconheçam e assegurem a função social dos museus comunitários. Com o objetivo de concretizar esta finalidade, foram formadas comissões de articulação, compostas por integrantes da região metropolitana, do Vale do Acaraú, do Litoral Oeste e do Litoral Leste.

Ficamos muito surpresos com o atendimento à convocatória. Foi muito forte a presença de iniciativas de todo o Ceará em um

primeiro encontro de coletividades visando discutir, efetivamente, uma articulação em rede para os grupos que vinham trabalhando, sob algum aspecto, sob a ótica da Museologia e com museus e patrimônio, principalmente de base comunitária, já que são principalmente estes os que foram convocados e são com estes que viemos trabalhando há alguns anos. Entretanto, a estes núcleos já conhecidos, vários outros se identificaram e reuniram, pois já possuíam processos específicos de organização social relacionados com a memória e patrimônio local.

Entre outubro de 2011 e julho de 2012, ocorreram várias atividades e o diálogo entre essas experiências comunitárias de memória se fortaleceu. O segundo grande encontro de caráter estadual ocorreu no dia 10 de julho de 2012, mais uma vez no auditório do Museu do Ceará, visando discutir os seguintes pontos de pauta: apresentação dos resultados do *I Encontro de Articulação das Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários* (3 a 6 de junho de 2012, no auditório do IBRAM, em Brasília); informes sobre o *IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários* (12 a 16 de junho de 2012, em Belém/PA); *Carta das Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários*; *Programa de Fomento aos Museus* e *Programa Pontos de Memória/2012*; *I Encontro Estadual da Rede Cearense de Museus Comunitários* (planejamento e programação).

Percebemos que os encontros realizados, além de espaço para fortalecer os laços entre os representantes a partir dos desafios da gestão museológica comunitária, constituem-se, também, como momentos para a construção de solidariedade e ajuda mútua, sentimentos de pertencimento e de identificação coletiva, momento para troca de informações acerca dos diversos processos políticos que estas populações vivenciam. Nesse segundo encontro, por exemplo, o missionário Florêncio Braga, da Associação Missão Tremembé (AMIT), compartilhou o informe sobre a mobilização do povo Tapeba na manhã do dia 11 de junho de 2012, que bloqueou um trecho da BR222, que passa por sua terra, em protesto contra a derrubada de dez casas na aldeia Sobradinho (Caucaia), que encontra-se no interior do território que vem passando há mais

de trinta anos por um processo de regularização fundiária. Por conta do relato, os presentes elaboraram uma moção de apoio às comunidades Tapeba. Aproveitando o ensejo, João Joventino (João do Cumbe) falou das obras de construção de um parque de energia eólica na comunidade do Cumbe (Aracati), que vem devastando as dunas e ocasionando uma série de perturbações à população que ali habita. Informou sobre o comprometimento da empresa responsável em construir um museu comunitário, mas protestou quanto à retirada das peças encontradas por conta do trabalho de arqueologia de salvamento, necessários para a liberação das obras. Informou que as peças arqueológicas foram levadas para um museu no Rio Grande do Norte, pela inexistência de instituição que possa abrigá-las no estado do Ceará. Reclamou pelo retorno das mesmas. Salientou-se a necessidade da RCMC levar adiante a discussão sobre o patrimônio arqueológico no Ceará e a repatriação desses acervos.

Consolidava-se o espírito de colaboração e solidariedade em rede, e várias atividades e articulações, em diferentes níveis de importância, foram realizadas dali por diante. Algumas dessas ações se destacam e merecem ser registradas, tanto pelo valor dos processos como pelo fato de terem transformado demandas particulares em reivindicações políticas coletivas, por terem ampliado o diálogo com novos atores e espaços institucionais, por demonstrarem a potência e o crescimento organizativo dos processos em que passamos a nos envolver, enquanto coletividades organizadas na RCMC.

Um exemplo disso ocorreu nos dias 23 e 24 de abril de 2012, quando realizou-se, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, o *Conexões Ibram*¹⁰. No evento, foi destacada a participação dos membros da RCMC, maioria esmagadora da plateia que assistiu e participou dos debates ali realizados. Na ocasião, foi elaborado e encaminhado ao Ibram um documento com demandas e propostas relativas às políticas públicas para o campo da museologia social. Dentre elas, destacamos: a inclusão da categoria “REDE” no Edital de Apoio e Fomento aos Sistemas Estaduais de Museus; a inclusão da RCMC no cronograma de ações anuais do Ibram, de modo a

garantir a participação nas atividades oferecidas e uma articulação nacional das iniciativas oriundas do Ceará nessa instância de interlocução; a garantia de participação de representantes da RCMC no Fórum Nacional de Museus (Rio de Janeiro/2012); a criação de um programa de formação em museologia social com a colaboração de agentes comunitários de memória, movimentos sociais e pesquisadores acadêmicos.

As estatísticas apresentadas pelo próprio Ibram no projeto *Conexões*, demonstravam o destaque das ações museológicas comunitárias no Ceará. Das iniciativas comunitárias de memória identificadas pelo órgão no nordeste, região com maior número experiências no Brasil, aproximadamente 50% estavam no Ceará, naquele momento. O Estado também foi o que enviou e aprovou o maior número de projetos nos editais do Programa Pontos de Memória¹¹.

Outro importante momento para o aprofundamento e amadurecimento das relações entre os participantes da RCMC foi a oficina *Museus, Memória e Cidadania*, ministrada pelo museólogo Mário Chagas nos dias 27 e 28 de março de 2012, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza. Naquele momento, muitos integrantes da RCMC se reencontravam para uma nova rodada de conversas sobre a articulação estadual. Foi eleita uma comissão estadual para encaminhar, dentre outras coisas, a realização de um encontro.

Nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2012, integrantes da RCMC participaram do *I Encontro da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social*, realizado na sede do Instituto Brasileiro de Museus, em Brasília/DF. O encontro resultou na *Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social*, com propostas voltadas para fomento, financiamento e sustentabilidade, qualificação, inventário participativo e articulação em rede. Destacamos ainda a participação dos representantes da RCMC no V Fórum Nacional de Museus, que ocorreu entre os dias 19 e 23 de novembro de 2012, na cidade de Petrópolis/RJ. Com o tema *40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade*, o evento

foi um importante momento de reflexão sobre os debates ocorridos durante a Mesa-Redonda de Santiago, no Chile (1972), à luz dos seus desdobramentos no campo museológico brasileiro, bem como para reencontro e articulação das iniciativas que compõem a *Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social*.

As contribuições dos representantes da RCMC durante todo o Fórum foram bastante significativas e demonstraram importante maturidade política ao propor, por exemplo, a criação de um Conselho Gestor para o Programa Pontos de Memória. Dentre os principais encaminhamentos decorrentes do evento destacamos: 1) a criação de uma comissão preparatória para a próxima edição da Teia da Memória, com a participação dos pontos de memórias e redes estaduais; 2) criação de uma comissão de trabalho com objetivo de criar um comitê gestor para acompanhar e monitorar, de maneira compartilhada, o Programa Pontos de Memória; 3) eleição de dois representantes dos Ecomuseus, Pontos de Memória, Museus Comunitários e iniciativas em memória social e suas redes para compor o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus; 4) entrega de um documento dos Pontos de Memória à então Ministra da Cultura, Marta Suplicy. A RCMC saiu com assentos nas duas comissões nacionais e, posteriormente, publicou um documento avaliando os resultados do 5º Fórum, denominado de *Relatório das atividades e encaminhamentos dos Pontos de Memória e iniciativas comunitárias em memória e museologia social presentes no V Fórum Nacional de Museus*¹².

Aproveitando a visita ao Brasil, no segundo semestre de 2012, por ocasião de sua participação como conferencista do Fórum Nacional de Museus, a Rede Cearense de Museus Comunitários e outras instituições parceiras (Secretaria da Cultura do Estado, Museu do Ceará, Ecomuseu de Maranguape, Projeto Historiando e Ponto de Memória do Grande Bom Jardim) organizaram uma caravana e trouxeram pela primeira vez ao Ceará, Hugues de Varine¹³. Além do lançamento de seu livro, *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, outras atividades foram organizadas a fim de

apresentar as experiências de museologia comunitária no Estado. Dentre elas, destacamos a participação de Varine no *II Encontro de formação de gestores de museus indígenas no Ceará*, realizado no dia 4 de dezembro de 2012, no Museu Indígena Jenipapo Kanindé, em Aquiraz.

Os museus indígenas do Ceará contribuíram de maneira decisiva para a organização da RCMC e, nos últimos anos, vem se destacando no cenário museal brasileiro. Além desses museus, que realizam ações permanentes com o território, o patrimônio e a população local, existem ainda articulações comunitárias visando a criação de museus indígenas entre os Pitaguary de Monguba (Pacatuba), os Tremembé de Almofala (Itarema) e os Kariri (Crateús). O referido encontro teve o objetivo de dar continuidade ao processo de formação conjunta dos integrantes dos núcleos gestores, propiciando um espaço para a reflexão sobre os desafios para a gestão dos museus pelos próprios indígenas, através da troca de experiências entre integrantes dos museus indígenas, membros da RCMC e Hugues de Varine.

O I Encontro da Rede Cearense de Museus Comunitários: maio de 2013

No dia 22 de maio de 2013, na Casa de Juvenal Galeno (Fortaleza), aconteceu o I Encontro Estadual da RCMC. O evento contou com a participação de aproximadamente 50 representantes de iniciativas comunitárias de memória, além de representantes de outras redes de museologia social do Brasil e convidados que, divididos em grupos de trabalho temáticos, discutiram e elaboraram um conjunto de diretrizes, princípios, objetivos e resoluções, visando à consolidação da RCMC no Estado, através do fortalecimento mútuo de seus integrantes e da formação de uma estrutura organizacional, baseada nos princípios da autonomia, ajuda mútua, descentralização e cooperação em rede. Foi elaborado um documento, a *Declaração de princípios, objetivos e resoluções da Rede Cearense de Museus Comunitários*, que, a partir de então, serve

de norte para nossas ações e articulações.

Na ocasião, os participantes ratificaram que a RCMC seria um espaço de articulação política e mobilização social constituído para potencializar esforços, ampliar ações e fortalecer atores e coletividades unidas em torno da apropriação comunitária do patrimônio e da memória local. Entre seus objetivos, destacamos:

1. Compartilhar experiências e metodologias entre as diversas iniciativas comunitárias em memória e museologia social;
2. Fomentar a cooperação, a divulgação e o fortalecimento conjunto de seus integrantes, atuando de forma descentralizada e garantindo a autonomia dos participantes;
3. Articular ações, projetos e programas interinstitucionais;
4. Visibilizar demandas, reivindicações, conflitos e lutas;
5. Propor e reivindicar, junto aos poderes públicos, políticas culturais que reconheçam e assegurem a função social dos museus comunitários (2013).

A Rede Cearense de Museus Comunitários é um processo, mais que um produto. Resultado do esforço de um conjunto de atores sociais para o desenvolvimento de processos museais e museológicos articulados à organização e mobilização comunitária. A memória, compreendida de maneira a construir diferentes possibilidades de organizar o passado e o patrimônio, apropriado, ressignificado e potencializado quando reinventado como tradição, ganham importância privilegiada nesses processos organizativos em que se articulam, de forma premente, lutas sociais e processos museais e museológicos.

Considerações finais: do desconhecimento ao protagonismo na organização em rede e nos debates sobre uma política pública para memórias plurais no Brasil

É digno de nota que, nas análises de especialistas do setor museal brasileiro, o Ceará desponta como pioneiro nas mobilizações e ações museais comunitárias, situação verificada a partir dos vários

projetos executados, das diversas organizações de museus e redes, das publicações, das pesquisas e dos eventos de formação na área. Isso tudo, aliado à projeção de uma série de pesquisadores/gestores/intelectuais, mesmo com a ausência de um curso superior de Museologia, nos possibilita pensar no que pode ser chamado, embora com tendências diversificadas, de uma *Escola de Museologia Cearense*.

Se, por um lado, o Museu do Ceará veio exercendo desde o início da década de 2000 uma enorme influência no Estado, por conta de sua atuação em âmbito teórico e acadêmico, principalmente, e ecoando para além das fronteiras locais; por outro lado, processos museológicos comunitários vem, em um ritmo próprio, se fortalecendo e constituindo um campo paralelo ao dos grandes museus locais, embora participando das suas atividades e dialogando com estes ativamente. É necessário reconhecer que, em mais de uma década de atuação, o Projeto Historiando conseguiu atuar em quase todas as regiões do Estado e o resultado de suas ações possibilitaram a construção de um processo de sensibilização das populações trabalhadas para a potencialidade da memória e do patrimônio cultural como ferramentas para a organização social e o desenvolvimento local.

Não há dúvidas que a questão da participação em editais e programas de fomento constituem-se como pontos importantes e constantemente discutidos, tendo em vista as recorrentes dificuldades para a obtenção de recursos financeiros vivenciadas por essas populações para a continuidade e sustentabilidade de seus processos museológicos. No entanto, nos encontros da RCMC discutimos sobre importância da atuação ativa na construção de políticas públicas culturais direcionadas para o fortalecimento dos diversos movimentos sociais que vem trabalhando com museus e memória no Brasil. Em nossa realidade, existem vários exemplos que reforçam este argumento, tendo em vista a intrincada relação entre memória, patrimônio e lutas comunitárias entre várias dessas experiências.

Na maior parte dessas comunidades, as populações passam por sérios problemas relacionados à disputa por territórios, sendo foco

de conflito o acesso e o uso de recursos naturais tradicionalmente utilizados. Resistem à destruição de seus patrimônios, sejam a terra, o mangue, os mares, os rios, os saberes e fazeres ou seus modos de vida. E nessa resistência a memória social e o patrimônio coletivo possuem importância crucial.

Notas

* Historiador pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre e doutorando em antropologia Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pesquisa sobre museus indígenas no Brasil. Bolsista do CNPq-Brasil. Ex-professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Integrante da comissão de coordenação da Rede Cearense de Museus Comunitários, idealizador e coordenador do Projeto Historiando e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE/UFPE).

** Historiador pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Atualmente é consultor da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), junto ao Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)/ Ministério da Cultura (MINC). Membro do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (COMPHIC), idealizador e Coordenador do Projeto Historiando. Integrante da comissão de coordenação da Rede Cearense de Museus Comunitários e assessor do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC).

1 Sobre a noção de patrimonialização, segundo definição de Sancho-Querol (2011, p. 320): “[...] la patrimonialización podría ser definida como una selección valorizada que implica un proceso de activación simbólica del valor patrimonial de una determinada manifestación cultural, en función de su carácter representativo con relación a la identidad de un colectivo”.

2 Disponível em: <<http://www.imopec.org.br/index.php?q=missao>>. Acessado em: 12 mar. 2014.

3 “Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de ‘raiz’ de uma cultura” (IPHAN, 2000, p. 29).

4 A localidade de *Parangaba* foi inicialmente refúgio de indígenas Potiguara, que migraram da região onde foram estabelecidas as capitânicas do Rio-Grande (do Norte) e Paraíba (entre fins do XVI e início do século XVII), vindo a ser um aldeamento jesuítico (1656), vila de índios (1759, com o nome de *Arronches*), e município independente (entre 1759-1835 e 1885-1921). Hoje, importante bairro de Fortaleza, a Parangaba, como passou a ser chamada, traz em seu espaço e nas práticas culturais de seus moradores a memória de múltiplos tempos, que se expressam, por exemplo, em suas edificações preservadas, como o prédio da estação ferroviária, a igreja de Bom Jesus dos Aflitos e o casario ao redor da “praça dos caboclos”.

5 Em julho de 2006, um grupo de moradores entrou com um pedido de tombamento no Departamento de Patrimônio da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza, com o fim de salvaguardar legalmente alguns imóveis do sítio histórico da Parangaba: a Estação Ferroviária da Parangaba (1927), a igreja-matriz do Bom Jesus dos Aflitos (início do século XIX), a Casa de Câmara (1879) e o antigo Grupo Escolar de Parangaba (1902). Infelizmente, poucos dias após a primeira visita dos técnicos que iniciaram os estudos para a elaboração

do parecer de tombamento, o antigo Grupo Escolar (também conhecido por *Educandário São José - Convento das Irmãs*) foi demolido, à mando de seus proprietários. A Casa de Câmara (em péssimo estado de conservação) e a estação ferroviária (em ótimo estado), bem como a Igreja Matriz, foram tombados, provisoriamente, através do Decreto-Lei número 12099 (de 21 de setembro de 2006), publicado no Diário Oficial do município em 27 de setembro de 2006, como forma de protegê-los de outras possíveis tentativas de demolição. A estação foi tombada definitivamente em 2007 e, em agosto de 2009, passou por um processo de “rebaixamento”, que reduziu em 3,5m sua altura, possibilitando, assim, a construção de um elevador para a passagem do metrô. O “rebaixamento” foi um procedimento de engenharia inédito no Brasil e simbolizou a vitória de uma articulação comunitária em torno do patrimônio sobre o “argumento de autoridade” do poder público em relação à diversidade de memórias. A demanda dos moradores da Parangaba é que a Estação se transforme num museu da comunidade e, a partir dela, possa ser contada a sua história e a luta por sua preservação.

6 Entre 2001 e 2010, nós, idealizadores do Projeto Historiando, vivenciamos o espaço institucional do Museu do Ceará, equipamento cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, em suas variadas instâncias: inicialmente como educadores (2001-2004), depois pesquisadores (2005-2006) e, por fim, integrantes do núcleo gestor e técnicos do Sistema Estadual de Museus do Ceará (2007-2010).

7 A exposição no Museu do Ceará aconteceu no dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus), com a realização de um seminário intitulado *Povos Indígenas no Ceará: a diversidade das memórias*, reunindo representantes das etnias Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Jenipapo Kanindé, Kanindé, Potiguara e Anacé. Posteriormente, o Museu do Ceará incorporou parte deste acervo à sua exposição de longa duração. Nesse mesmo dia, os indígenas realizariam uma ocupação do prédio sede da Fundação Nacional do Índio, em Fortaleza, reivindicando a demarcação de suas terras.

8 Em maio de 2009, grupos indígenas, negros e quilombolas participaram do Projeto *Emergência étnica: índios, negros e quilombolas construindo seus lugares de memória no Ceará*, realizado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, através do Museu do Ceará e do Instituto da Memória do Povo Cearense. Tal seminário foi elaborado na perspectiva de realizar uma consulta aos grupos étnicos para o planejamento e a elaboração de políticas públicas culturais direcionadas para a memória, o patrimônio e os museus. O Seminário, uma das fases do projeto, agregou mais de 120 lideranças nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2009, em Fortaleza. A oficina *Diagnóstico Participativo em Museus*, que foi uma das linhas de ação desse projeto, foi realizada junto a seis grupos indígenas que já possuíam alguma iniciativa relacionada à musealização do patrimônio cultural. As oficinas socializaram ferramentas metodológicas que possibilitaram aos participantes a formulação de propostas de reestruturação ou criação/gestão para os espaços museológicos em suas comunidades. Foram realizadas entre os grupos Kanindé (Aratuba), Tapeba (Caucaia), Tabajara/Kalabaça (Poranga), Potiguara/Tabajara/Gavião/ Tubiba-tapuia (Monsenhor Tabosa), Tremembé (Almofala/Itarema) e Pitaguary (Monguba/Pacatuba). A partir dessas oficinas e visitas técnicas, foram elaborados diagnósticos visando nortear as modificações nesses espaços, de acordo com as demandas suscitadas pelas atividades, socializadas no formato de *Propostas de (re)estruturação museológica para comunidades indígenas no Ceará*, e apresentadas no referido seminário (GOMES; VIEIRA NETO, 2009).

9 “A Rede Tucum é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental. [...] A Tucum é formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense e está sendo construída a muitas mãos. Atualmente, conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de duas ong’s que fazem o apoio institucional à rede – Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália)”. As comunidades são: Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Batoque (Pindoretama), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí), Curral Velho (Acará), Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto/MST (Fortaleza), Associação Mulheres em Movimento (Fortaleza), Tapeba (Caucaia), Flecheiras (Trairi), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Caetanos de Cima (Amontada). Disponível em: <<http://www.tucum.org/>>

oktiva.net/2313/secao/18723>. Acessado em: 7 mar. 2014.

10 O Projeto *Conexões Ibram* percorreu alguns estados do Brasil discutindo novas políticas e instrumentos de gestão museais. Nos eventos estaduais apresentava diversos temas como Estratégias de Fomento e Financiamento, Estatuto de Museus, Plano Nacional Setorial de Museus, dentre outros, para serem discutidos diretamente com os representantes do setor cultural dos estados e com seus cidadãos.

11 Além do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, que já integrava o Programa desde 2009, outras doze iniciativas de memória e museologia social do Estado foram premiadas nos editais de 2011 e 2012. São elas: Fundação Brasil Cidadão (Icapuí); Museu Vivo do Barro (Cascavel), Museu Indígena Jenipapo Kanindé (Aquiraz); Museu dos Kanindé (Aratuba); Museu Indígena Pitaguary (Monguba); Circo, Memória e Identidade (Fortaleza); Museu do Brinquedim (Pindoretama); Projeto Casa do Capitão Mor (Sobral); Comunidade Moura Brasil (Fortaleza); Ponto de Memória da Cultura Afro e das Divindades Africanas (Fortaleza); Ponto de Memória Social do Dias Macêdo (Fortaleza); Resgate da Memória Circense e Difusão dos Saberes (Fortaleza).

12 O referido documento pode ser lido na íntegra no blog da RCMC: <museuscomunitarios@wordpress.com>.

13 Hugues de Varine é consultor internacional na área do patrimônio, da museologia e do desenvolvimento. Ocupou cargos de vice-diretor e diretor do Conselho Internacional de Museus (Icom), participou da Mesa de Santiago do Chile (1972), fundou o Ecomuseu de Le Creusot-Montceau e atuou no Ministério da Cultura da França, na área de desenvolvimento cultural e avaliação de políticas culturais. Varine mantém o blog: <<http://www.world-interactions.eu/>>.

Referências

CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In: **Encontro Internacional de Ecomuseus, 2., 2000, Rio de Janeiro**. Caderno de textos e resumos. Rio de Janeiro: Noph/Minom/Icofom Lam, 2000. p. 12-17.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. **Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

IPHAN. **Manual de aplicação do Inventário Nacional de Nacional de Referências Culturais**. Brasília: IPHAN, 2000.

SANCHO QUEROL, Lorena. **El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios**. Tesis doctoral en Museología, presentada en el Departamento de Museología de la Facultad de Ciencias Sociales e Humanas de la Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, y dirigida por el Dr. Canova Magalhães Moutinho. Lisboa, 2011.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2012.

Documentos

Declaração de princípios, objetivos e resoluções da Rede Cearense de Museus Comunitários. Fortaleza: Rede Cearense de Museus Comunitários, 2013.

Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social. Brasília: 2012.

Relatório das atividades e encaminhamentos dos Pontos de Memória e iniciativas comunitárias em memória e museologia social presentes no V Fórum Nacional de Museus. Fortaleza: Rede Cearense de Museus Comunitários, 2012.

Sites

<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>

<http://www.imopec.org.br/index.php?q=missao>

<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>

<http://www.world-interactions.eu/>

Recebido em 19 de março de 2014.

Aprovado em 24 de junho de 2014.

Abstract

Some years ago, populations of various regions of the State of Ceará began processes that resulted in museal practices, which, although originated in diverse political contexts and different social and ethnical groups, are similar in participation and community appropriation of local heritage and memory, as tools for affirmation, preservation and defense of territories, ecosystems and cultural references. In these processes, cultural, social and museal diversity stand out: they are indigenous museums, ecomuseums, community museums and others. The present article seeks to understand the creation of the Cearense Network of Community Museums, in 2011, and presents reflections about the actions, motivations and challenges that stimulated the articulation between different populations, which experience, in their territories, self-managed museological processes.

Keywords: Community Museums. Social Museology. Indigenous Museums. Memory. Ceará. Network.